ACUERDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: R00006356/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/04/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013954/2016
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.003065/2016-13
DATA DO PROTOCOLO: 20/04/2016


SIND TRAB COM MINERIROS DERIV PETROLEO NO EST RGS, CNPJ n. 92.961.093/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANGELO CARLOS MARTINS E SILVA;

E

ALEST COMBUSTIVEL S.A., CNPJ n. 23.314.594/0001-60, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). VLADIMIR CLAUDINO ARAUJO DE BARROS e por seu Procurador, Sr(a). ANDREA SYLVIA DE LACERDA VARELLA FERNANDES;

CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ n. 05.824.072/0001-93, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). CARLA HEMENGELDO UCHOA;

IPRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., CNPJ n. 33.337.122/0001-27, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). FLAVIO DE SOUZA ANDRETTA;

RAIZEN COMBUSTIVEL S.A., CNPJ n. 33.453.599/0001-23, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO APARECIDO GARCIA e por seu Procurador, Sr(a). JOSE ROBERTO TARDIVO;

SHELL BRASIL PETROLEO LTDA, CNPJ n. 10.456.018/0001-67, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). MAURICIO DE ALMEIDA SANTOS;

celebram o presente ACUERDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangendo todas as categorias dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo, com a presença de segurados no INSS. Neste âmbito, esta cláusula se aplica aos seguintes fins:

...
Cláusula Terceira - Salário de Admissão

Em janeiro de 2016, o salário de admissão corresponderá a R$ 1.864,00 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais) por mês, ao qual será acrescido o adicional de periculosidade, quando devido.

Parágrafo único: Em relação ao salário-base dos Empregados já constantes das folhas de pagamento o objetivo e o efeito desta cláusula são os de fazer ascender, ao nível por ela fixado e na respectiva data, aquele salário-base constante da folha de pagamento.

Reajustes/Correções Salariais

Cláusula Quarta - Correção Salarial

Em 01.01.2016, as Empresas reajustarão os salários dos seus Empregados mediante a aplicação de uma das formas que se seguem, não cumulativas entre si:

a) reajuste de 9,0% (nove por cento) sobre o salário mensal para os empregados que não recebem o adicional de periculosidade e que em 31/12/2015 recebiam salário mensal até R$ 11.301,65 (onze mil trezentos e um reais e sessenta e cinco centavos);

b) aumento do salário mensal no valor de R$ 1.017,15 (um mil e dezessete reais e quinze centavos) para os empregados que não recebem o adicional de periculosidade e que em 31/12/2015 recebiam salário mensal superior a R$ 11.301,65 (onze mil trezentos e um reais e sessenta e cinco centavos);

c) reajuste de 9,0% (nove por cento) sobre o salário-base mensal para os empregados que recebem o adicional de periculosidade e que em 31/12/2015 recebiam salário-base mensal até R$ 8.693,58 (oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos);

D) aumento do salário-base mensal no valor de R$ 782,42 (setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos) para os empregados que recebem adicional de periculosidade e que em 31/12/2015 recebiam salário-base mensal superior a R$ 8.693,58 (oito mil seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos);

§1.º - Na aplicação do reajuste a que se refere esta cláusula, não serão compensados os aumentos salariais concedidos pelas Empresas após 01.01.2015 decorrentes de promoção, mérito, transferência, equiparação salarial, e término de aprendizagem.

§2.º - Para os Empregados admitidos após 01.01.2015, o aumento incidirá sobre o salário de admissão até o limite de que perceber o Empregado admitido nos últimos 12 meses no mesmo cargo ou função. Na hipótese de não existir parâmetro será adotado o critério de proporcionabilidade ao tempo de serviço, ou seja, 1/12 (um doze avos) do valor do aumento, por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo sobre o salário da data da admissão.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS
As Empresas comprometem-se a efetuar um adiantamento quinzenal de 40% (quarenta por cento) do salário mensal, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas.

**SALÁRIO ESTÁGIO/MENOR APRENDIZ**

CLÁUSULA SEXTA - APRENDIZ

As condições estabelecidas no presente acordo não serão aplicáveis aos aprendizes contratados através de convênios com SESU/SESC e SESC/GENAC.

§1º - O disposto acima somente será válido se o aprendiz estiver desobrigado do cumprimento de qualquer tipo de serviço ou atividade nas Empresas.

§2º - Ocorrendo a prestação de serviços e/ou cumprimento de jornada pelo aprendiz às Empresas, serão devidas a ele a totalidade das condições estabelecidas no presente acordo, exceto quanto ao piso salarial, que será devido proporcionalmente à jornada de trabalho.

**ISONOMIA SALARIAL**

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, os Empregados substitutos farão jus ao salário contratual dos substituídos (enunciado de Sônia M. 159 do TST), sem considerar vantagens pessoais.

**DESCONTOS SALARIAIS**

CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

As Empresas poderão descontar mensalmente dos salários dos seus empregados de acordo com o art. 462 da CLT, além dos itens permitidos por lei, também os referentes a seguros, empréstimos pessoais, contribuições a associações de funcionários, planos de pensão da previdência privada, financiamentos e outros benefícios concedidos desde que previamente autorizados por escrito pelos próprios Empregados.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

CLÁUSULA NOVENA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Por ocasião do pagamento da 2ª quinzena do mês de fevereiro de cada ano, as Empresas pagarão o adiantamento da primeira parcela do 13º salário, àqueles Empregados que, contando com mais de 1 ano de serviço, até então não receberem dito adiantamento em função do gozo de férias ou qualquer outro eventual motivo.

Parágrafo único: Por ocasião do pagamento da 2ª quinzena do mês de outubro, as Empresas pagarão o salário do 13º salário.

**OUTRAS GRATIFICAÇÕES**

CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO ESPECIAL

Até trinta dias após a assinatura do presente acordo, as Empresas pagarão de uma única vez e em caráter excepcional, e sem integrar a remuneração para qualquer efeito legal trabalhista, um Abono Especial no valor de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais) aos Empregados admitidos até 31.12.2015, e com contrato de trabalho vigente nessa mesma data, e que estiverem percebendo, também na mesma data, remuneração mensal até R$ 7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais), compreendida a remuneração como integrante do salário-base e do adicional de periculosidade, quando devido.

§1º - Para os empregados admitidos em 2015, o Abono Especial será devido na proporção de 1/12 (um doze avos) do seu valor para cada mês do serviço, ou fração igual ou superior a 15 dias.

§2º - Face ao seu caráter eventual, indenizatório e excepcional, o Abono previsto nesta cláusula não integra a remuneração do empregado para fins da legislação da Previdência Social e do FGTS, conforme dispõem o art. 58, inciso XXX, da IN-RRF Nº 971, de 13 de novembro de 2000, alterada pela IN-INSS Nº1453 do 24 de fevereiro de 2014, art. 26, § 8º, item 7 da Lei 8.212/91 e art. 15, § 6º da Lei 8.038 de 11 de maio de 1990.

**ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

As Empresas considerarão, segundo as condições adiante especificadas, um adicional a ser pago por ocasião da concessão das férias ao Empregado, independentemente do benefício previsto no art. 7º, XVIII da Constituição Federal, na seguinte proporção:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tempo de Serviço na Empresa</th>
<th>Percentual</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1 ano</td>
<td>20%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2 anos  45%
3 anos  50%
4 anos  60%
5 a 7 anos  80%
8 a 9 anos  85%
10 anos ou mais  100%

§1º - Fica assegurado o pagamento mínimo do RS 643,00 (seiscentos e quarenta e três reais).

§2º - O tempo de serviço dos Empregados será apurado na data em que se completar o período aquisitivo de férias, caso em que o adicional será devido integralmente. Na hipótese de dispensa sem justa causa, assim como no caso de pedido de demissão de Empregados com 1(um) ou mais anos de serviço, o pagamento do adicional será devido proporcionalmente ao período aquisitivo de férias incompleto em torno de 1/12 (um doze avos) quantos foram os meses decorridos deste período, considerando como mês compreendido as frações iguais ou superiores a 15 dias.

§3º - As percentagens previstas no caput desta cláusula serão aplicadas sobre o salário-base mensal percebido pelo Empregado no dia do início do gozo de férias, acrescido do adicional de periculosidade quando devido, não incidindo sobre horas extras, ajuda de custo, Salário-Familia, adicional noturno, gratificação de função, comissão, benefício constante do art. 7º, XVII da Constituição Federal e outros.

§4º - Fica facultado ao Empregado optar pelo recebimento do adicional previsto nesta cláusula no mês de aquisição do direito a férias, nos meses subsequentes, ou no mês do respectivo gozo de férias, se operando, em qualquer hipótese, sua plena quitação.

§5º - As Empresas poderão, em substituição ao disposto no §4º esta cláusula, optar por efetuar automaticamente o pagamento do adicional a que se refere a presente cláusula no mês da aquisição do direito a férias dos empregados, garantido a estes o direito de solicitar o pagamento em uma das datas previstas no referido §4º desta cláusula.

§6º - O adicional por tempo de serviço concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos, ficando entendido que ele tem a finalidade exclusiva de proporcionar aos Empregados uma importância suplementar para ajudá-los no custeio das férias.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno a que se refere o inciso IX do art. 7º do Capítulo II da Constituição Federal e art. 73 da CLT, por este instrumento, fica elevado para 35% (trinta e cinco por cento).

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As Empresas continuarão a efetuar o pagamento do adicional de periculosidade a todos os Empregados, inclusive os de escritório lotados nos quadros do pessoal de terminais e depósitos em que haja estocagem de inflamáveis de forma permanente e habitual e cujas funções sejam exercidas intrinsecas nessas dependências.

§1º - São considerados inflamáveis, para os efeitos deste acordo, as substâncias que se refirem ao art. 193 da CLT e a Norma Regulamentadora №. 16 (Atividades e Operações Perigosas) aprovada pela Portaria №. 3214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

§2º - O pagamento deste adicional cessará em cada caso, sempre que deitar de existir qualquer das condições previstas no caput e §1º desta cláusula.

§3º - O pagamento do adicional nas condições desta cláusula não implica no reconhecimento, pelas Empresas, da existência de periculosidade em seus terminais e depósitos além das hipóteses previstas nos atos normativos aplicáveis.

SALÁRIO FAMÍLIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO FAMÍLIA

As Empresas pagarão a seus Empregados que perceberem salário mensal até o equivalente a 4 (quatro) vezes o valor previsto na cláusula SALÁRIO DE ADMISSÃO deste acordo, a título de Salário-Família, por filhos até 18 anos de idade incompletos e por filhos inválidos de qualquer idade, e que vivam na dependência econômica dos pais, uma importância mensal de RS 29,82 (vinte e nove reais e sessenta e dois centavos).

§1º - Nas licenças por doença ou acidente do trabalho, o benefício será pago enquanto durar a referida licença, observados os prazos máximos previstos na cláusula AUXÍLIO DOENÇA / ACIDENTES.

§2º - Para efeito do cálculo do pagamento do Salário-Família, as frações de tempo igual ou superiores a 15 dias serão computadas como mês integral.

§3º - O Salário-Família concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

§4° - No pagamento deste benefício serão observadas as determinações da legislação em vigor, ficando sempre mantida a condição mais vantajosa para os Empregados.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE REFEIÇÃO

Restituídas as condições mais favoráveis já praticadas, as Empresas concederão mensalmente a seus Empregados 22 (vinte e dois) vales-refeição com valor unitário de R$ 32,05 (trinta e dois reais e cinco centavos). Nos locais onde houver expediente normal e permanente aos sábados, o número de vales-refeição será de 26 (vinte e seis).

§1º - Fica facultada ao empregado a conversão de 12 (doze) desses vales em vale-alimentação, observados os procedimentos administrativos da empresa.

§2º - As empresas poderão converter o vale-refeição em cartão eletrônico.

§3º - A obrigação da concessão do Vale-Refeição assim como a faculdade de sua conversão em vale-alimentação, não se aplica aos locais onde for oferecida refeição in natura, de modo a não se caracterizar benefício em duplicidade, bem como aos Empregados que gozam de condições mais vantajosas.

§4º - O Vale-Refeição concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE ALIMENTAÇÃO

As Empresas concederão aos seus Empregados, que em 31.12.2015 percebiam remuneração mensal até R$ 4.945,00 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais), compreendida a remuneração como integrada do salário-base acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, e cumulative, com o benefício da cláusula anterior, Vale-Alimentação com a disponibilidade mensal de R$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais) sob a forma de cartão-eletrônico, devendo tais limites serem considerados para os empregados admissíveis na vigência do presente acordo.

§1º - O Vale-Alimentação será fornecido também durante o período em que o Empregado estiver licenciado por motivo de doença, acidente do trabalho ou doença profissional, mas limitado ao período em que estiver percebendo a complementação prevista na cláusula AUXÍLIO-Doença/Acidentes, e desde que a licença não tenha se iniciado antes da 1ª. de janeiro de 2007.

§2º - Referido Vale-Alimentação também será devido durante o período de férias e afastamento por gestação e parto e desde que a licença não tenha se iniciado antes do 1º. de janeiro de 2007.

§3º - A participação do empregado, descontada em folha de pagamento, fica limitada até 10% (dez por cento) do valor do Vale-Alimentação.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE

(TST AA - 366.36197 - 4 TST-RO-DC - 318.08096.5 CDC O 1/06/98)

Fica facultada à empresa que assim o quiser, conforme autorizado pelo art. 7º, COXI da CF e pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a concessão do vale transporte de que trata a Lei 7419/85 mediante o pagamento antecipado, em dinheiro, do seu valor total bruto, até o 5º dia útil de cada mês, ao empregado beneficiado, cabendo aos empregados, em qualquer hipótese, comunicar por escrito alterações das condições inicialmente declaradas e arcar com o custeio do deslocamento até 6% do valor do seu salário base, cujo desconto somente poderá ser feito no pagamento de segunda quinzena do mês a que se refere o vale-transporte.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - BOLSAS DE ESTUDO

Com o objetivo de proporcionar recursos adicionais para compensar despesas complementares às de manutenção do ensino de 1º, 2º e 3º graus, as Empresas concederão, através do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Comumiláveis e de Lubrificantes, 9 de uma só vez à Entidade Sindical, 73 (setenta e três) bolsas de estudos no valor unitário de R$ 458,00 (quatrocentos e cinqüenta e oito reais), mediante a apresentação de relação discriminativa dos beneficiários, por Empresa, com a indicação do nome do aluno, série, grau e estabelecimento de ensino que estabeleça cursando.

§1º - Tal pagamento será efetuado a partir de 01.04.2016 até 31.08.2016 no prazo mínimo de 30 dias a contar da apresentação da relação discriminativa referida. A Entidade Sindical manterá arquivado por 5 anos os documentos que comprovam a elegibilidade dos beneficiários e que poderão ser requisitados pelas Empresas, a qualquer tempo.

§2º - São elegíveis às bolsas de estudo referidas nesta cláusula, os Empregados que na data da respectiva concessão possuam vínculo de emprego com as Empresas ou com a Entidade Sindical, ou se deixassem retiraram-se para se aposentarem, e que estejam cursando ou tenham dependentes cursando o ensino de 1º, 2º e 3º graus.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO DOENÇA / ACIDENTES

Aos Empregados afastados do serviço por motivo de doença ou acidente do trabalho, as Empresas concederão uma complementação de salário inclusive do 13º salário, que se somará ao benefício recebido do INSS, conforme segue:

a) Quando se tratar de afastamento por motivo de doença, a complementação obedecerá a seguinte tabela:

<table>
<thead>
<tr>
<th>PERÍODO</th>
<th>PERCENTUAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>do 1º ao 12º mês</td>
<td>100 %</td>
</tr>
<tr>
<td>do 13º ao 24º mês</td>
<td>80 %</td>
</tr>
<tr>
<td>do 25º ao 36º mês</td>
<td>60 %</td>
</tr>
</tbody>
</table>

b) Nos casos de afastamento por motivo de Acidente do Trabalho, a complementação será feita integralmente, observado o prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

§1º - No caso de novo afastamento por motivo de doença, a tabela será aplicada levando em conta os benefícios já concedidos, a menos que se trate de enfermidades diferentes, ou que haja decorrido o prazo de, no mínimo, 6 (seis) meses de trabalho entre a data do retorno a ou do novo afastamento.

§2º - Na complementação do salário e do 13º salário será considerado adicional da períodos de saúde, quando devido, e serão excluídas quaisquer outras parcelas adicionais, tais como horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, etc.

§3º - O valor da complementação adicionado ao benefício percebido do INSS não poderá ultrapassar o salário e o 13º salário dos Empregados, deduzindo a contribuição para a Previdência Social.

§4º - Na complementação do salário e do 13º salário serão consideradas todas as antepenúltimas e aumentos salariais coletivos que venham a ser concedidos enquanto durar a última complementação.

§5º - Os Empregados que, por conta de menos do que 12 (doze) contribuições à Previdência Social não façam jus ao Auxílio-Doença, mesmo assim gozarão do benefício previsto caput desta cláusula. Também serão elegíveis aos benefícios desta cláusula os empregados que, com contrato de trabalho em vigor, estiverem recebendo do INSS o benefício de Aposentadoria, caso em que, a complementação prevista nesta cláusula, será devida pela diferença entre o seu salário e o valor do aposentadoria percebido no mês da respectiva complementação, observadas todas as regras desta cláusula.

§6º - Não gozarão das vantagens deste auxílio os Empregados cujo afastamento por doença ou acidente de trabalho decorrer de:

a) uso de bebidas alcoólicas;

b) uso de tóxicos sem prescrição médica e sem as formalidades legais;

c) lutas corporais, exceto quando em legítima defesa própria ou de terceiros.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

As Empresas pagarão, durante a vigência do contrato de trabalho, uma importância única, a título de auxílio-funeral, no caso de falecimento do Empregado, cônjuge ou companheira, filho menor de 18 anos ou filho inválido, pai, mãe e menor dependente.

§1º - O benefício acima descrito será de R$ 3.456,00 (três mil quatrocentos e cinqüenta e seis reais).

§2º - Para efeito do pagamento do benefício, a comprovação da dependência se dará conforme abaixo:

a) Cônjuge: mediante apresentação de certidão de casamento.

b) Companheira: quando esta condição estiver reconhecida perante a Previdência Social, mediante anotação na Carteira de Trabalho ou declaração do Imposto de Renda.

c) Filhos menores de 18 anos ou inválidos: Certidão de nascimento.


§3º - A prova de falecimento será feita mediante apresentação de certidão de óbito.

§4º - Na hipótese de falecimento do Empregado, o pagamento será feito ao dependente que apresentar comprovante de despesas.

§5º - O auxílio-funeral concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO CRECHE

Com o objetivo de incrementar o amplo benefício à maternidade e à infância, as partes estabelecem as seguintes condições com relação à manutenção e guarda dos filhos de suas Empregadas.

§1º - Em substituição ao preceito legal, as Empresas obrigadas a manter local apropriado para guarda e vigilância dos filhos de suas Empregadas, no período de amamentação, na forma dos parágrafos 1º e 2º do art. 189 da CLT, concederão às mesmas, auxílio creche, sob a forma de reembolso de despesas efetuadas para esse fim.

§2º - Este benefício será concedido também nos locais onde não haja a obrigação legal acima referida.
§3º - O auxílio mensal corresponderá a um máximo de R$ 676,00 (seiscientos e setenta e seis reais).

§4º - Este auxílio será pago sob a forma de reembolso mediante comprovação, até o limite estipulado no §3º, desta cláusula.

§5º - Dado o seu caráter substitutivo do preceito legal, bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor do reembolso não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

§6º - O reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente, independentemente do tempo de serviço na Empresa, limitado até o §2º (três vezes o salário minimum) de idade de cada filho.

§7º - Ficam desobrigadas das reembolsas, as Empresas que mantenham, em efeito funcionamento, local para guarda dos filhos das Empregadas na forma da Lei, bem como aquelas que adotem sistemas semelhantes de pagamento ou reembolsos em situações mais favoráveis.

§8º - Farão jus ao mesmo benefício os empregados que por motivo de viuvez ou por decisão judicial tenham para si a guarda de seus filhos, até aquela idade.

§9º - A Empresa poderá optar por substituição ao Auxílio-Creche, pelo Auxílio-Acompanhante, que consistirá num pagamento mensal, a título de reembolso, no valor de até R$ 4 000,00 (quatro mil reais), não cumulativo e limitado ao período de até 36 (trinta e seis) meses de idade de cada filho. No mês de dezembro ou no mês do último pagamento do exercício, será paga a importância correspondente a 1/12 (um duodécimo) da soma dos valores de Auxílio-Acompanhante pagos no mesmo exercício.

a) Para efeito de reembolso, a Empregada deverá comprovar a situação legal do Acompanhante, mediante registro em Carteira de Trabalho (Etaba) e comprovar, com os respectivos recibos, tanto o pagamento do salário anotado na CTPS como o pagamento das contribuições previdenciárias sobre ele devidas.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO AO CO-PATROCÍNIO DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Em instituindo ou mantendo, qualquer empresa, plano de seguro de vida em grupo, acessível a todos os seus empregados e dirigentes mediante a devida individual deles, a parcela do prêmio de seguro que for pelas Empresas paga não será considerada salário para qualquer efeito enquanto ela assumir este ónus.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO AO DEPENDENTE EXCEPCIONAL

Objetivando participar no custeio de serviços especializados com dependentes excepcionais de seus Empregados, as Empresas concordarão um auxílio mensal aos que tenham dependentes nesta condição.

§1º - Entende-se como excepcional aquele como tal definido e reconhecido pelo INSS ou Instituições oficiais especializadas, e como dependente aquele como tal definido e reconhecido na legislação do Imposto de Renda.

§2º - O auxílio referido no caput desta cláusula será concedido sob a forma de crédito mensal na folha de pagamento dos Empregados no valor de R$ 800,00 (oitocentos e oitenta reais).

§3º - O auxílio mensal acima estabelecido será pago por empregado em condição de excepcionalidade como definida no §1º desta cláusula e cessará automaticamente quando não mais perdurar esta condição.

§4º - O auxílio ao dependente excepcional concedido nesta condição não integra a remuneração para quaisquer efeitos.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SALÁRIO DO ADMITIDO

Aos Empregados admitidos para as mesmas funções de outros dispensados sem justa causa, será garantido salário igual ao do Empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais, na forma da Instrução Normativa nº. 1/82 do TST.

DESILIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – LIBERDADE DO AVISO PRÉVIO NO PEDIDO DE DEMISSÃO

Os Empregados que solicitarem rescisão do contrato de trabalho ficarão dispensados do cumprimento dos 10 (dez) últimos dias do prazo do aviso prévio.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – AVISO PRÉVIO

Os Empregados que foram dispensados sem justa causa serão liberados da prestação dos serviços durante o prazo do Aviso Prévio.

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Ocorrendo a concessão de benefício previdenciário durante a vigência do contrato de experiência, o prazo do mesmo ficará automaticamente suspenso, se completando após a alta do INSS.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DEFICIENTES FÍSICOS

As Empresas, sempre que as circunstâncias técnicas, materiais e administrativas assim o permitirem, não farão restrições para admissão dos deficientes físicos.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL EM CASO DE DISPENSA

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho as Empresas pagarão aos Empregados dispensados sem justa causa e que tenham, no mínimo, 5 (cinco) anos de serviços na empresa, uma indenização adicional, além do aviso prévio legal, de acordo com as seguintes condições, de forma não cumulativa entre si:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Idade</th>
<th>Indenização</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>De 40 a 45 anos incompletos</td>
<td>1,0 Salário Mensal Total</td>
</tr>
<tr>
<td>De 45 a 50 anos incompletos</td>
<td>2,0 Salário Mensal Total</td>
</tr>
<tr>
<td>De 50 a 56 anos incompletos</td>
<td>2,5 Salário Mensal Total</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 56 anos</td>
<td>1,5 Salário Mensal Total</td>
</tr>
</tbody>
</table>

§1º - Para efeitos desta cláusula a expressão Salário Mensal Total significa o Salário-base Mensal acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.

§2º - A indenização devida na forma desta cláusula tem efeito indenizatório e não integrará a remuneração para quaisquer efeitos trabalhistas e/ou fiscais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA - INDENIZAÇÃO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA

Em caso de dispensa, por iniciativa do empregador, de Empregados que, comprovadamente, estiveram a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses de aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, ainda que proporcional, exceto no caso de falta grave, fizer assegurado o pagamento de uma indenização correspondente a 6 (seis) salários, acrescidos do adicional de periculosidade, quando devido, além do aviso prévio legal, com o objetivo de ajudá-los a efetuar os recolhimentos previdenciários, não sendo, portanto, devida a indenização prevista nesta cláusula ao empregado que já tenha, até a data da dispensa, adquirido direito à aposentadoria de qualquer natureza, ainda que proporcional.

§1º - Após o recebimento da notificação de dispensa, os Empregados terão o prazo de 90 (noventa) dias para comprovação da contagem do tempo de serviço e consequentemente se habilitarem ao pagamento referido nesta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES DO CONTRATO DE TRABALHO

As Empresas efetuarão as homologações de rescisões de contrato de trabalho, preferencialmente através da Entidade Sindical. Na hipótese do não comparecimento do Empregado, se devidamente notificado do dia e hora da homologação, a Entidade Sindical se compromete a registrar essa circunstância por escrito, de forma a não penalizar as Empresas com as multas previstas na legislação.

RELACÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE

Os Empregados que forem advertidos, suspensos ou demitidos por falta grave, deverão ser avisados, por escrito, colando o seu cliente na segunda via do aviso no qual constarão as razões determinantes das advertências, suspensões ou dispensas.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO

Para efeito de aplicação dos benefícios previstos neste acordo, serão computados no tempo de serviço do Empregado, quando readmitido, os períodos de trabalho anteriormente prestado à Empresa do mesmo Grupo Empresarial e da mesma Categoria Econômica.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO DA GESTANTE

As Empresas comprometem-se a assegurar a manutenção dessa garantia por 120 (cento e vinte) dias às suas Empregadas gestantes.

§1º - O prazo a que se refere o caput desta cláusula será contado a partir da data do retorno efetivo ao serviço, após o término da licença prevista pelo art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

§2º - A garantia cessará automaticamente em caso de falta grave, entendendo-se como tal as hipóteses previstas no art. 482 da CLT.

§3º - Caso a Empregada seja dispensada no período compreendido entre o término do prazo fixado pelo art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias ou Lei Complementar que o substitui e o término do prazo estabelecido no §1º desta cláusula, será-lhe-á paga pelo período que faltar para o término desta garantia, a quota correspondente ao salário-base vigente acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO POR ACIDENTADO NO TRABALHO

As Empresas comprometem-se a assegurar a manutenção da relação de emprego por 12 (doze) meses, contados a partir da cessação do Auxílio-Doença Acidentário concedido pelo INSS, ao Empregado que venha a sofrer acidente no trabalho ou adquirir doença profissional no curso da relação de emprego.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, entende-se como acidente do trabalho e doença profissional aqueles definidos pela Legislação Previdenciária.

§2º - A manutenção da relação de emprego mencionada no caput desta cláusula será contada da data do término da licença concedida pela Previdência Social.

§3º - Não gozarão das vantagens dessa garantia de emprego o Empregado cujo afastamento por acidente de trabalho ou doença profissional decorrer de:

a) uso de bebidas alcoólicas;

b) uso de tóxicos sem prescrição médica e sem as formalidades legais;

c) lutas corporais, exceto quando em legítima defesa própria ou de terceiros.

§4º - A manutenção da relação de emprego cessará automaticamente em caso de falta grave cometida pelo Empregado, entendendo-se como tal as hipóteses previstas no art. 482 da CLT.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO

A duração do trabalho nas Empresas é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sábado.

§1º - Nos locais onde for exigido o trabalho aos sábados, as Empresas se comprometem a implantar um sistema de rodízio de tal sorte a assegurar a cada Empregado, no mínimo, uma folga mensal em dia de sábado, sem compensação dessas horas de folga.

§2º - Conforme a conveniência do serviço as Empresas ficam autorizadas a implantar, total ou parcialmente, sistema de horário flexível, quanto ao início e término de cada jornada de trabalho, desde que aceito pelo Empregado através de acordo individual e desde que observada a duração diária de trabalho na forma da Constituição.

§3º - As Empresas que não exerceram a faculdade prevista na anterior cláusula 4.4., da convenção coletiva de 1999, de alteração de horário normal de trabalho aos sábados de alguma de suas Bases de Distribuição de Combustíveis então existentes, em exercendo aquela faculdade na vigência do presente acordo, permanecerão obrigadas, nos estritos limites e condições daquela cláusula anterior, ao pagamento da indenização única e desvinculada do salário nela prevista e cujo valor fica reajustado para R$ 1.561,00 (um mil quinhentos e sessenta e um reais).

§4º - Não se permitirá o trabalho normal aos domingos, salvo autorização expressa em acordo coletivo com este fim específico entre o sindicato e a empresa interessada.

§5º - No decorrer da vigência do presente acordo a Entidade Sindicál, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de solicitação escrita da Empresa interessada, concedida em discutir o trabalho normal aos domingos e feriados nas atividades operacionais envolvidas com a carga e a descarga de combustíveis por meio de carro-tanque, vagão ferroviário, barcaças e/ou dutos, ficando desde já convencionadas as seguintes condições mútua obrigatórias para a assinatura do respectivo acordo coletivo:

a) A Empresa deverá utilizar pessoal estritamente necessário, diretamente envolvidos, ou de apoio à execução das atividades referidas no §5º desta cláusula.

b) No caso da Empresa utilizar algum de seus empregados atuais nas atividades referidas no §5º desta cláusula resultando na supressão de horas extras prestadas habitualmente pelo empregado nas condições previstas na Súmula nº 291 do TST, a...
Empresa efetuará o pagamento da indenização na forma estabelecida na referida Súmula, garantindo o pagamento mínimo de R$ 2.845,00 (dois mil oitocentos e quarenta e cinco reais).

c) Se a Empresa utilizar algum de seus empregados atuais que não se enquadre na situação prevista na Súmula 291 do TST, ao mesmo tempo será paga uma indenização de R$ 2.845,00 (dois mil oitocentos e quarenta e cinco reais).

d) A indenização referida nos itens b e c acima, será única e desvinculada do salário, não o integrando para nenhum efeito trabalhista ou previdenciário e deverá ser paga no mês seguinte ao da efetivação da alteração contratual que vise o atendimento do trabalho normal em domingos e feriados previsto no §3º desta cláusula.

e) Independente do regime de trabalho que venha a ser adotado, o empregado terá assegurado mensalmente pelo menos um descanso semanal coincidente com o domingo.

f) A Entidade Sindical, antes de assinar o acordo coletivo, deverá submeter suas condições à assembleia para aprovação dos empregados.

g) Enquanto a legislação assim o exigir, as Empresas deverão seguir os procedimentos necessários para que o trabalho em domingos e feriados estabelecido no §5º desta cláusula seja autorizado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

h) Outras condições necessárias e aqui não previstas serão acordadas no momento da discussão do acordo coletivo previsto no §5º desta cláusula.

§6º - Esta cláusula não se aplica aos Empregados sujeitos a turnos ininterruptos de revezamento.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As Empresas remunerarão o trabalho complementar com acréscimo de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da hora normal de segunda-feira a sábado, e com acréscimo de 100% (cem por cento) nos domingos e feriados.

§1º - O pagamento das horas extras será efetuado com base no salário vigente no mês de seu efetivo recebimento pelo Empregado.

§2º - Os Empregados se comprometem a prestar serviços extraordinários além do limite de 2 horas nos casos previstos pelo Art. 61 da CLT.

§3º - As horas extraordinárias habituais serão computadas nos seguintes casos:

a) Na Gratificação de Natal (Lei nº. 4090, de 13.07.1962) de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas durante o exercício a que corresponder a gratificação;

b) No Aviso Prévio de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas nos últimos 12 meses.

c) Nas Férias de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas no respectivo período aquisitivo.

d) No Descanso Semanal Remunerado na proporção de 20,00% do valor das horas extras prestadas no mês.

§4º - Quando o Empregado estiver usufruindo de dia de descanso, fora do local de trabalho, e for convocado à prestação de serviço extraordinário nesse mesmo dia, fará jus pelo atendimento à convocação, ao recebimento de um mínimo de 4 (quatro) horas suplementares.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA CITAVA - COMPENSAÇÃO DOS DIAS ÚTEIS / FERIADOS

Fica facultado às Empresas o direito de compensarem os dias úteis imediatamente anteriores ou posteriores a feriados oficiais mediante a prorrogação da jornada de trabalho em dias antecedentes ou subsequentes ao dia compensado.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - INTERVALO ENTRE JORNADAS DE TRABALHO

As Empresas assegurarão que os Empregados que trabalharem horas excedentes ao seu horário normal terão o intervalo legal de 11 (onze) horas, contados a partir do término do trabalho extraordinário.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MARCAÇÃO DE PONTO

Quando não houver necessidade dos Empregados deixarem o recinto das Empresas, no horário estabelecido para descanso ou refeição, as Empresas dispensarão o registro de ponto no início e no término do referido intervalo, desde que conceda o período normal de descanso ou de refeição diário.

§1º - As Empresas ficam autorizadas a implantarem um único controle de jornada de trabalho simplificado a que se refere a Portaria 1.120 MTE de 8.11.85, alterada pela Portaria 373 MTE de 25.2.2011, objetivando que o empregado registre apenas as exceções, assim entendidas as horas extras, falta, atrasos, etc., observado o disposto no §2º, do art. 1º, da referida Portaria.

§2º - O uso da faculdade prevista nesta cláusula implica a presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho contratual ou convencionada vigente no estabelecimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Os Empregados poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração:

a) até 3 (três) dias úteis consecutivos, em caso de casamento ou falecimento do cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente ou irmãos ou pessoas dependentes assim reconhecidas pelo INSS e/ou Imposto de Renda.

b) até 6 dias consecutivos em caso de nascimento de filho, nascidos a partir do dia que se refere o art. 473 III da CLT.

c) 1 (um) dia no caso de internação hospitalar de cônjuge, companheira (o), ascendente, descendente ou dependentes reconhecidos pelo INSS ou Imposto de Renda.

FALTAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS DO ESTUDANTE

Mediante entendimento com a Chancela imediata, fica assegurado aos Empregados matriculados em cursos regulares de 1º e 2º grau e de nível Superior a liberação em horário que lhes assegurem chegar ao local da prova em dia e hora da realização da referida prova, sem prejuízo da remuneração.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ALEITAMENTO MATerno

Para cumprimento do que dispõem os arts. 389, Parágrafo 1º e 398 da CLT, as Empresas concordam em reduzir até 2 (duas) horas diárias a jornada de trabalho das suas Empregadas que estejam amamentando seus filhos, no período de até 6 (seis) meses subsequentes ao retorno da licença-maternidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LICENÇA PARA EXAMES PRÉ-NATAL

Quando reconhecida a necessidade pelos órgãos médicos das Empresas, ou médicos por estas credenciados, ou ainda por médico da Entidade Sindical, as Empregadas gestantes serão liberadas do expediente, sem prejuízo da remuneração, para se submeterem a exames pré-natal.

FÉRIAS E LICENÇAS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - REGISTROS INFORMATIZADOS

Fica facultado às Empresas implantarem registros informatizados para controle automático de férias, compreendendo aviso, solicitação e quitação, e demais registros de pessoal e benefícios instituídos no presente acordo. As Empresas fornecerão, periodicamente, aos seus Empregados, declaração assinada, contendo todos os registros informatizados a que se refere esta cláusula, realizando as alterações em sua CTPS, quando requeridas pelo Empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DAS FÉRIAS

Observados os princípios a que se refere o art. 134 e seguintes da CLT, a data de início do período de gozo das férias somente poderá coincidir com dia útil que não antecede o sábado, domingo ou feriado, salvo no caso de turnos de revezamento, quando a referida data somente poderá coincidir com dia útil que não antecede dia de folga dos Empregados sujeitos a esse regime de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - PARCELAMENTO DE FÉRIAS

As Férias, independentemente da idade do empregado, podem ser parceladas sempre que o Empregado e a Empresa acordem quanto ao parcelamento, observado o seguinte:

a) A iniciativa do requerimento do parcelamento caberá ao Empregado;

b) O Empregado, no seu requerimento, especificará os períodos em que pretende gozar as férias, admitido o parcelamento em no máximo dois períodos, um deles não inferior a 10 dias;

c) Os períodos de gozo não podem ultrapassar o período consecutivo das férias que estarão sendo parceladas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

As Empresas se comprometem a conceder licença sem remuneração, mantida, todavia à relação de emprego, aos Empregados que, indiciados pela Entidade Sindical, venham, comprovadamente, a frequentar cursos de interesse da referida Entidade, sob as condições abaixo:

§1º - A licença não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser concedida de uma só vez, em período contínuo.

§2º - O número de licenças será limitado a 2 (duas) por Entidade Sindical, por ano, não podendo ser indicados mais de dois Empregados por Empresa no País, por ano, nem Empregados que exerçam suas funções fora da base territorial da Entidade Sindical que formular a indicação.

§3º - Para melhor controle dessas licenças, as Empresas devem ser notificadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo informado a respeito de:

a) empregado indicado;
b) empresa e local em que trabalha;
c) nome do curso e resumo de seus objetivos;
d) entidade ministradora do curso;
e) data de início e término do curso

SAUDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
CONDICIONES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

As Empresas adotarão medidas de prevenção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos Empregados.

§1º - Nos termos da Lei (Norma Regulamentadora)-5) o membro da CIPA designado deverá investigar ou acompanhar a investigação feita pelos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, imediatamente após receber a comunicação da supervisão imediata do setor onde ocorreu o acidente.

§2º - Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais e de higiene e segurança do trabalho.

§3º - Os tratamentos dos Empregados contra incidência serão ministrados periodicamente no horário normal de trabalho. Quando necessário ministrar esses tratamentos fora da jornada de trabalho, as horas dispensadas para tanto, serão remuneradas como extraodinárias, nos termos da cláusula respectiva deste acordo.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES

Quando as Empresas exigirem que seus Empregados usem uniformes, deverão fornecê-los gratuitamente.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

Até que seja promulgada a Lei complementar a que se refere o artigo 7º, I, da Constituição Federal, fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de Empregados eletos para as CIPA's e respectivos suplentes, limitados estes ao número dos efetivos, desde o registro de sua candidatura até 1 (um) ano após o final do seu mandato (art. 10, II, a do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição).

§1º - Os titulares da representação dos Empregados na CIPA não poderão ser transferidos para outra localidade, salvo quando houver concordância expressa deles mesmos.

§2º - As Empresas devolverão as eleições para membros componentes da CIPA com 30 dias de antecedência, enviando cópia desse aviso à Entidade Sindical nos primeiros cinco dias do período anteriormente indicado.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLOGICOS

Os atestados médicos e odontológicos serão emitidos preferencialmente pelos serviços médicos das Empresas ou por estes credenciados.

Parágrafo único: As Empresas aceitarão os atestados emitidos pelos serviços médicos da Entidade Sindical credenciados pelo INSS nas localidades onde as Empresas não possuam serviço médico próprio ou credenciado.

READAPTAÇÃO DO ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - READAPTAÇÃO FUNCIONAL

As Empresas darão treinamento adequado aos seus Empregados que sofrerem redução da capacidade laborativa, por motivo de acidente de trabalho, com o objetivo de readaptá-los funcionalmente, exceto nos casos em que tenha sido concedida a aposentadoria por invalidez.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUINQUIAGÉSIMA QUARTA - DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE

Quando o Empregado, no exercício de sua função, entender por motivos razoáveis que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando imediatamente tal fato ao seu Supervisor e cabendo a este informar, se julgar necessário, ao Setor de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho da Empresa. O retorno à operação se dará após a liberação do posto de trabalho.

RELARES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICIAIS

CLÁUSULA QUINQUIAGÉSIMA QUINTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

As Empresas, em seu conjunto, liberarão 1 (um) Diretor que faça parte da Diretoria da Entidade Sindical, do cumprimento do respectivo horário de trabalho até 31.12.2016, sem prejuízo dos respectivos salários nem dos direitos trabalhistas e previdenciários, desde que, no horário da referida liberação, ele se dedique exclusivamente às atividades sindicais de interesse da categoria profissional ou ao exercício de função de representação para a qual tenha sido designado por ato do Poder Público.

Parágrafo único: Afastando-se o Diretor para gozo de férias ou benefício previdenciário, o ora convencionado se aplicará ao seu substituto legal.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUIAGÉSIMA SEXTA - ENCONTRU QUADRIMESTRAL

No curso da vigência deste acordo serão realizados encontros quadrimestrais com a finalidade de se examinar o seu cumprimento, as condições de trabalho nas Empresas, inclusive as salariais. Tais encontros serão realizados nos meses de abril e agosto.

CLÁUSULA QUINQUIAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

As Empresas permitirão a divulgação em seus quadros de avisos, das comunicações expedidas pela Entidade Sindical que tenham por objetivo manter os Empregados informados quanto às atividades daquele órgão.

CLÁUSULA QUINQUIAGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

As Empresas remeterão à Entidade Sindical, pelo meio mais adequado, a seu critério, anualmente, uma relação nominal contendo o nome, local de trabalho e valores descontados dos empregados, integrantes da categoria profissional por elas representadas, na forma do art. 511 da CLT, relativamente à Contribuição Asistencial e Contribuição Sindical. Tal relação será enviada no mês seguinte ao dos respectivos descontos. Tais informações serão tratadas com sigilo pela Entidade Sindical, dela fazendo uso apenas para uso administrativo e reservado, não podendo ser cedidas a terceiros, no todo, ou em parte, sob nenhuma justificativa.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUINQUIAGÉSIMA NONA - FORO

As controvérsias oriundas do presente acordo serão dirimidas pela Justiça do Trabalho. Aparte, porém, de qualquer medida judicial, as partes obrigam-se a denunciar, uma a outra, eventuais controvérsias e aguardar o prazo de 30 dias para a sua solução extrajudicial.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Na eventualidade do Poder Público (Poder Executivo ou Poder Legislativo) determinar por Lei, Decreto, Portaria ou qualquer outro meio legal, benefícios ou vantagens previstos pelo presente acordo, o montante do benefício ou vantagem deste acordo será compensado ou mantido, de forma a não estabelecer pagamento duplo ou adicional ou maior vantagem, prevalecendo, entretanto, o que for mais vantajoso para os Empregados.

51º - O disposto no caput desta cláusula será aplicado às hipóteses de condições ou vantagens mais benéficas que já vinham sendo mantidas ou venham a ser instituídas pelas Empresas, de modo a evitar-se pagamento duplo, prevalecendo o que for mais vantajoso para os Empregados.

52º - Fica estabelecida a mutua de 5% (cinco por cento) do valor convencionado na Cláusula SALÁRIO DE ADMISSÃO para a Entidade Sindical e as Empresas e do metade do referido valor para quaisquer Empregados, em caso de violação dos dispositivos do presente acordo.

§3º - As partes reconhecem que o presente Acordo Coletivo harmoniza-se com o disposto no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, que preconiza o reconhecimento dos acordos coletivos de trabalho, refletindo melhor as especificidades e necessidades dos empregados, e por isso prevalece sobre convenções coletivas de trabalho, sentenças normativas e outros instrumentos afins.

§4º - Fica estabelecida a faculdade de adesão futura de outras empresas que não participaram da negociação deste Acordo, a qualquer tempo durante sua vigência e mediante assinatura de simples Termo Aditivo, aplicando-se à mesma, a partir dessa data, todas as cláusulas e condições do presente instrumento. Do mesmo modo, fica assegurada a qualquer das empresas acionantes a faculdade de, ao término da vigência expressa do presente acordo e a seu exclusivo critério, optar pela alternativa de renová-lo ou a de aderir, em substituição, convenção coletiva ou outro instrumento coletivo legalmente aplicável à sua atividade econômica na base territorial da Entidade Sindicale acionante.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - ABRANGÊNCIA DO ACORDO COLETIVO

O presente Acordo, aplicável no âmbito das Empresas acionantes, abrangerá única e exclusivamente os seus empregados dos seus estabelecimentos localizados dentro da base territorial da Entidade Sindicale acionante e que efetivamente desempenham atividades pertencentes a categoria: Trabalhadores nas empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, com abrangência territorial intermunicipal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - REGISTRO E ARQUIVO

O presente acordo foi elaborada em 6 (seis) vias, de igual forma e teor, destinadas às partes acionantes e registro no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único: No caso de divergências entre o texto lançado no sistema Mediador do MTE e o presente documento, formalmente assinado entre as partes, prevalecerá, sempre, e para todos os fins, este último.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - RECOMENDAÇÕES

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As Empresas enviam os esforços no sentido de asseinar convênios com a Previdência Social para pagamento dos benefícios previdenciários nos locais onde tal procedimento seja viável a sua implantação.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Recomenda-se às Empresas que não possuam assistência médica e odontológica, direta ou através de convênios, que efetuem estudos no sentido de sua implantação.

RECRUTAMENTO INTERNO

Recomenda-se que as Empresas preferencialmente privilegien os seus recursos humanos internos nos seus processos de recrutamento e seleção.

NEGOCIAÇÕES PARA A DATA-BASE 01/01/2017

No decorrer do mês de outubro de 2016, a Entidade Sindicale enverá às Empresas a Pauta de Reivindicações aprovada em assembleia dos Empregados, para a marcação, de comum acordo, da data de início das negociações da data-base de 1º de janeiro de 2017.

ANGELO CARLOS MARTINS E SILVA
PRESIDENTE
SIND TRAB COM MINERIOS DERV PETROLEO NO EST RGSS

VLADIBIR CLAUDINO ARAUJO DE BARROS
PROCURADOR
ALESAT COMBUSTIVEL S.A.

ANDREA SYLVIA DE LACERDA VARELLA FERNANDES
PROCURADOR
ALESAT COMBUSTIVEL S.A.

CARLA HERBENEGELDO UCHOA
PROCURADOR
CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES LTDA

BIANCA PIMENTEL SIMÕES
PROCURADOR
IPRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.

FLAVIO DE SOUZA AMORETTA
PROCURADOR
IPRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.

ANTONIO APARECIDO GARCIA
PROCURADOR
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.

JOSE ROBERTO TARDIVO
PROCURADOR
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.

MAURO DE ALMEIDA SANTOS
PROCURADOR
SHELL BRASIL PETROLEO LTDA.

ANEXOS
ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA DISTRIBUIDORAS
Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Mármore e Derivados de Petróleo no Estado do Rio Grande do Sul
Fundado em 21 de novembro de 1952
Sede: Travessa Francisco Leonardi Truta, 40 - 2ª andar - Porto Alegre - Guaíba - CEP 90610-904
Fone/Fax: (51) 3221-8222 / (51) 3221-8370 / (51) 3208-2662 / (51) 3208-2663 / (51) 3208-2665
E-mail: sitramico@portweb.com.br

ATA DE ASSEMBLEIA SETORIAL
ALESAT - CHEVRON - IPIRANGA - RAIZEN - SHELL

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove reuniom-se, com início às onze horas e trinta minutos na Rua Carlos Fagundes de Mello, 965 em primeira convocação e às doze horas em segunda convocação e na Avenida Presidente Vargas, 4018 com início às quinze horas e trinta minutos em primeira convocação e às dezenove horas em segunda convocação, em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, os trabalhadores das Empresas Alesat Combustíveis S.A., Chevron Brasil Lubrificantes Ltda., Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., Reizen Combustíveis S.A. e Shell Brasil Petróleo Ltda., com a finalidade de avaliar a proposta apresentada pelas Empresas. Foi formada a mesa para conduzir os trabalhos, ficando Angelo Carlos Martins e Silva para presidir os trabalhos e João Baptista Souza dos Reis para secretariar a assembleia. A assembleia teve início com o presidente de mesa lendo a proposta apresentada pelas Empresas que é a seguinte: REAJUSTE SALARIAL - 9,00% (nove por cento) a incidir sobre os salários de seus empregados. SALÁRIO DE ADMISSÃO - R$ 1.884,00 (Hum Mil, Oitocentos e Oitenta e Quatro Reais), VALE ALIMENTAÇÃO (Cesta Básica) - R$ 365,00 (Trêscentos e Setenta e Cinco)., ABONO ESPECIAL - R$ 3.100,00 (Três Mil e Cento Reais). VALE REFEIÇÃO - R$ 32,06 (Trinta e Dois Reais e Cinco Centavos). SALÁRIO FAMILIA - R$ 29,62 (Vinte e Nove Reais e Setenta e Dois Centavos). AUXÍLIO DEPENDENTE ESPECIAL - R$ 680,00 (Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais)., AUXÍLIO CRECHE - R$ 676,00 (Seiscentos e Setenta e Seis Reais)., AUXÍLIO ACOMPANHANTE - R$ 498,00 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais)., AUXÍLIO FUNERAL - R$ 3.458,00 (Três Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais)., ATS - VALOR MÍNIMO - R$ 643,00 (Seiscentos e Quarenta e Três Reais) e BOLSA DE ESTUDO - R$ 458,00 (Quatrocentos e Cinqüenta e Oito Reais)., continua-se a valorção a proposta e por maioria de votos a mesma foi aprovada. No final da assembleia, o presidente da mesa agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu a assembleia por encerrada e solicitou que fosse lavrada por mim secretário, João Baptista Souza dos Reis, o presente ata. Canoas, oito de março do ano de dois mil e dezenove.